

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DAS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS DE CRISTINA KIRCHNER (2007-2015) NA ARGENTINA E DILMA ROUSSEFF (2011-2015) NO BRASIL, A PARTIR DA AGENDA INTERNACIONAL PROMOVIDA PELA ONU

CRISTINA STERN SCHIAVON¹; ROSANA SOARES CAMPOS².

¹Universidade Federal de Santa Maria – cris.stern20@gmail.com

²Univerisidade Federal de Santa Maria – rosanasoarescampos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para cerca de 10 países da América Latina, os primeiros 15 anos do século XXI foram marcados pela chegada de partidos, lideranças e movimentos de esquerda ao poder, o que ficou conhecido como Onda Rosa Latino-Americana em alusão ao movimento europeu, ocorrido na segunda metade da década de 1990 (SILVA, 2015, p. 1-2). Aqui na América, a partir de 2003, a Argentina e o Brasil foram dois dos países que participaram desse período, o qual ficou marcado por pautas mais progressistas e, como exposto por FABRICIO SILVA (2015, p. 3), pela reprodução desses governos de esquerda já que Néstor Kirchner (2003-2007) é sucedido por sua esposa, Cristina Kirchner na Argentina, e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) repassa a faixa presidencial à também candidata pelo Partidos dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, no Brasil. Assim, a chegada de duas mulheres no cargo mais alto do poder executivo em ambos os países é o ponto de partida desta pesquisa. Dentre as similaridades compartilhadas por Kirchner e Rousseff, ambas estiveram à frente dos governos argentino e brasileiro entre os anos de 2011 e 2015, deram continuidade às gestões de esquerda em seus respectivos países e também foram as primeiras mulheres eleitas pelo voto direto na Argentina e no Brasil e (LOPES, 2018, p. 38) e, é justamente por essa característica que este trabalho procura analisar o que estas mulheres fariam em prol das suas compatriotas, através do problema de pesquisa “Como os governos de Dilma Rousseff (Brasil – 2011-2015), e Cristina Kirchner (Argentina – 2007-2015), responderam às demandas de combate à violência contra as mulheres, a partir da agenda internacional de combate à violência feminina promovida pela Organização das Nações Unidas?”, sabendo que o problema da violência contra a mulher é um fato irrefutável da história dos dois Estados.

Já como objeto de pesquisa, este trabalho procura investigar as respostas de combate a violência contra a mulher nos governos de Dilma Rousseff no Brasil e Cristina Kirchner na Argentina, a partir da agenda internacional de combate à violência feminina promovida pela ONU sendo a hipótese aqui assumida é de que no uso de suas atribuições, os governos de Rousseff e Kirchner aprovaram políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Estas políticas foram influenciadas pela agenda internacional de combate à violência feminina promovida pelas Nações Unidas, pelo contexto democrático e pela pressão dos movimentos feministas nacionais para colocar esta temática na agenda governamental. Como objetivo geral, esta pesquisa se propõe analisar as respostas governamentais, de Cristina na Argentina e Dilma no Brasil, às demandas ao combate à violência contra as mulheres, a partir da agenda internacional promovida pela ONU e dos contextos nacionais, e para a concretização deste, foram elaborados outros cinco objetivos específicos, os quais são: 1. Realizar a conceituação de Políticas Públicas como Respostas Governamentais e; 2. Apresentar, através da obra de John Kingdon

(2007), como as Políticas Públicas são formadas; 3. Elaborar uma reconstrução histórica da agenda internacional de combate à violência contra as mulheres, focando na agenda vinculada às Nações Unidas; 4. Apontar quais foram as Respostas Governamentais para o combate à violência feminina elaborados pelos governos de Cristina Kirchner (2007-2015) e Dilma Rousseff (2011-2015) além de; 5. Pontuar a influência dos movimentos sociais para com as Respostas Governamentais dadas pelos governos argentino e brasileiro no período aqui estudado.

Em relação a temática aqui estudada, esta pode ser apresentada através de três eixos principais, os quais são: Violência contra a Mulher, Mecanismos Institucionais Internacionais e Políticas Públicas. Para a definição do primeiro, adotamos a descrição disposta na Convenção de Belém do Pará (1994), a qual estabelece a Violência contra a Mulher como “qualquer ação, conduta, baseada em seu gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, tanto no âmbito público como no privado”¹ (OEA, 1994, p. 1, tradução nossa). Já a terminologia “Mecanismos Institucionais” em si possui uma série de usos e conceituações, existindo diversos tipos de Mecanismos, porém neste trabalho estaremos versando sobre os Mecanismos Institucionais que sejam criados a partir de instituições e/ou países estrangeiros e que abordem as mulheres e o combate a violência contra as mesmas. Por fim, o terceiro eixo temático aborda as Políticas Públicas (PP), as quais podem ser conceituadas como sendo “um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social” (SARAVIA, 2007, p. 29) através da “definição de objetivos ou estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.” (Ibidem). Tais PP são consideradas, neste trabalho, como as respostas governamentais advindas dos governos de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff para o combate da violência feminina. Para embasar o processo de formação de Políticas Públicas, é utilizado da obra de JOHN KINGDON (2007), o qual discorre sobre o que é considerado uma Agenda e uma Agenda Governamental, bem como e quando uma questão passa a ser considerada um Problema a ser resolvido através de uma PP.

2. METODOLOGIA

Este trabalho utiliza do Método de Pesquisa Hipotético-Dedutivo (CHALMERS, 1993), e Método de Procedimento Comparativo. Tal Método de Procedimento foi escolhido por ser “*el instrumento apropiado en situaciones en las que el número de casos bajo estudio es demasiado pequeño para permitir la utilización del análisis estadístico*” (PÉREZ-LIÑÁN, 2010, p. 126), e também por desempenhar uma finalidade descritiva bem como explicativa (Ibid., p. 126) em uma pesquisa. Deste modo, este estudo possui dois casos a serem analisados: Os governos argentino e brasileiro durante os mandatos das ex-presidentas Cristina Kirchner e Dilma Rousseff e por conseguinte, como os mesmos responderam às demandas de combate à violência contra as mulheres - a partir da agenda internacional de combate à violência feminina promovida pela ONU. O uso do método comparativo se faz possível em razão de algumas similitudes existentes entre as duas gestões, as quais foram apresentadas na Introdução deste resumo e que são corroboradas através do emprego dos Métodos de Procedimento e Abordagem, das Técnicas de Pesquisa bibliográfica, documental bem como através da realização de análise de

¹ “[...] cualquier acción o conducta, basada en su género, que cause muerte, daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico a la mujer, tanto en el ámbito público como en el privado.” (OEA, 1994, p. 1).

conteúdo nas convenções e demais instrumentos provenientes da agenda internacional promovida principalmente pelas Nações Unidas, voltadas para o combate da violência contra as mulheres, a qual é efetuada a partir da obra de LAURENCE BARDIN (2016). Por fim, também é realizada uma Revisão Sistemática da Literatura nas obras estudadas em geral e, principalmente, naquelas relativas aos três eixos temáticos: Mecanismos Institucionais Internacionais, Violência contra a Mulher e Políticas Públicas, para que a pesquisa esteja mais completa quanto possível. Tal modalidade de pesquisa procura dar logicidade “a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto; ela está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58) as bases de dados bibliográficos consultadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados observados até aqui é possível perceber que em ambos os países, durante os mandatos das ex-presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner ocorreram a elaboração de Políticas Públicas, sejam elas leis, programas ou diretrizes para o Combate da Violência contra a Mulheres – políticas essas que já eram reguladas e recomendadas através de convenções advindas do âmbito internacional, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) de 1979 (FROSSARD, 2006, p. 13-32) e a Convenção de Belém do Pará do ano de 1994 (Ibid., p. 139-146), as quais ambos os Estados aqui analisados são signatários. A partir da elaboração de Políticas Públicas para o Combate da Violência Feminina, ambos os países passam a enquadrar padrões internacionais de promoção da igualdade de gênero e contra a discriminação da mulher – não ficando desta maneira, em discordância nem com o que está proposto nos mecanismos institucionais internacionais assinados, nem com os demais Estados-parte que cumprem o que é estabelecido nas convenções advindas das Nações Unidas, o que nos leva a considerar que há sim influência da agenda internacional para o combate da violência feminina no âmbito interno argentino e brasileiro, a qual possivelmente é reforçada através dos movimentos sociais, de mulheres e feministas que participam das conferências, congressos e encontros nacionais, locais esses onde ocorre a troca de conhecimento e resultados advindos de outras experiências, iniciativas e locais onde há a luta contra a violência feminina. É importante lembrar que tais eventos só ocorrem quando há mandatos com agendas governamentais progressistas e que permitem a entrada de novas pautas em suas atividades, qualidades essas que podem ser associadas a governos de esquerda, os quais podem ser relacionados com os de Kirchner e Rousseff.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho inova ao versar sobre Políticas Públicas em meio às Relações Internacionais. Enquanto a área das RI's tradicionalmente se ocupa de temas como a dicotomia entre guerra e paz, os conflitos políticos entre as nações e questões exclusivamente econômicas, esta pesquisa adentra a temática das Políticas Públicas (PP), e ainda a das PP de combate à violência contra as mulheres, investigando quais medidas, provenientes do meio internacional, são efetivamente incorporadas no âmbito interno dos seus Estados-parte. Assim, esta pesquisa nos permite observar como a influência da agenda internacional se dá nos países signatários de mecanismos institucionais internacionais que versam sobre o tema em questão, o qual por si só pode ganhar um espaço muito maior na academia, na área das Relações Internacionais. Desta maneira, acreditamos que esta pesquisa

auxilia a diminuir, minimamente, o lapso existente nas RI's no tocante às Políticas Públicas e a respeito da influência internacional sobre elas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução de Luís Antero Reto. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHALMERS, Alan Francis. **O que é ciência afinal?** Tatuape: Editora Brasiliense, 1993. Tradução de Raul Filker. Disponível em: https://www.nelsonreyes.com.br/A.F.Chalmers_-_O_que_e_ciencia_afinal.pdf.

FROSSARD, Heloisa (Org.). **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, 2006. 260 p.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 57-73, 15 set. 2019. Logeion Filosofia da Informação. <http://dx.doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Disponível em: <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? In: SARAIVIA, Enrique (org.). **Elisabete Ferrarezi**: coletânea - volume 1. 2. ed. Brasília: Enap, 2007. p. 219-224.

LOPES, Paula Cunha. **MÍDIA, PODER E GÊNERO**: a crítica feminista latino-americana a partir das representações das presidentas cristina kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B6HJN3>.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ**: Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (Convención de Belém do Pará). Belém do Pará: OEA, 1994. 6 p. Disponível em: https://clacsovirtual.org/pluginfile.php/212381/mod_folder/content/0/Convenci%C3%B3n%20Belem%20Do%20Para.pdf?forcedownload=1.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **El método comparativo y el análisis de configuraciones causales**. Revista Latinoamericana de Política Comparada, [s. l.], v. 3, p. 125-148, jan. 2010.

SARAIVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAIVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas Públicas**: coletânea - volume 1. 2. ed. Brasília: Enap, 2007. p. 21-42.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço**. **Revista Sures**, Foz do Iguaçu, n. 5, p. 67-94, fev. 2015. ISSN 2525-3794. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295/279>.